

## O AVANÇO DA FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL APÓS A PANDEMIA DE 2020

**Fernando Vieira Reis**

Universidade Estácio de Sá (UNESA)  
<https://orcid.org/0000-0003-4313-0174>

**Guilherme do Nascimento Pereira**

Universidade Estácio de Sá (UNESA)  
<https://orcid.org/0000-0002-5633-4670>

### RESUMO:

Este artigo aborda a temática da financeirização da educação no Brasil, analisando seu avanço e impacto no período pós-pandêmico. Através de uma revisão da literatura, foram identificados estudos que destacam a crescente mercantilização da educação e o aumento da influência do setor financeiro nas políticas educacionais. Autores como Ferreira, Oliveira, Santos e outros apontam para a transformação da educação em um produto comercial, com possíveis efeitos negativos, como a marginalização de estudantes de baixa renda. A pandemia de COVID-19 acelerou essa tendência, com grandes grupos educacionais privados buscando oportunidades em meio à volatilidade do mercado. Os dados do Censo de Educação Superior revelam o aumento da participação do setor privado na educação, especialmente no ensino superior. Observa-se também o aumento da presença de investidores e fundos de investimento, o que pode resultar na redução de custos e precarização das condições de trabalho dos professores. Os grandes grupos educacionais privados se adaptaram ao ensino a distância durante a pandemia, investindo em plataformas digitais e soluções adicionais para garantir sua sobrevivência e aumentar sua participação no mercado. No entanto, é necessário avaliar os possíveis impactos negativos da financeirização, como disparidades educacionais e perda dos valores tradicionais da educação. Futuras pesquisas devem aprofundar o entendimento sobre o fenômeno e subsidiar políticas e práticas educacionais que promovam a equidade e qualidade da educação no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** *financeirização, educação, pandemia, setor privado, ensino a distância.*

### Abstract

This article addresses the theme of financialization of education in Brazil, analyzing its progress and impact in the post-pandemic period. Through a literature review, studies were identified that highlight the growing commodification of education and the increasing influence of the financial sector on educational policies. Authors such as Ferreira, Oliveira, Santos and others point to the transformation of education into a commercial product, with possible negative effects, such as the marginalization of low-income students. The COVID-19 pandemic has accelerated this trend, with large private education groups looking for opportunities amid market volatility. Data from the Higher Education Census reveal an increase in the private sector's participation in education, especially in higher education. There is also an increase in the presence of investors and investment funds, which can result in cost reduction and precarious working conditions for teachers. Large private educational groups have adapted to distance learning during the pandemic, investing in digital platforms and additional solutions to ensure their survival and increase their market share. However, it is necessary to assess the possible negative impacts of financialization, such as educational disparities and loss of traditional values of education. Future

research should deepen the understanding of the phenomenon and subsidize educational policies and practices that promote equity and quality of education in the country.

**Keywords:** financialization, education, pandemic, private sector, distance learning.

### Resumen

Este artículo aborda la cuestión de la financiarización de la educación en Brasil, analizando su avance e impacto en el período pospandemia. A través de una revisión de la literatura, se identificaron estudios que destacan la creciente mercantilización de la educación y la creciente influencia del sector financiero en las políticas educativas. Autores como Ferreira, Oliveira, Santos y otros señalan la transformación de la educación en un producto comercial, con posibles efectos negativos, como la marginación de los estudiantes de bajos ingresos. La pandemia de COVID-19 ha acelerado esta tendencia, y grandes grupos educativos privados buscan oportunidades en medio de la volatilidad del mercado. Los datos del Censo de Educación Superior revelan el aumento de la participación del sector privado en la educación, especialmente en la educación superior. También hay un aumento de la presencia de inversores y fondos de inversión, lo que puede traducirse en reducción de costes y condiciones laborales precarias para los docentes. Grandes grupos educativos privados se adaptaron a la educación a distancia durante la pandemia, invirtiendo en plataformas digitales y soluciones adicionales para asegurar su supervivencia y aumentar su cuota de mercado. Sin embargo, es necesario evaluar los posibles impactos negativos de la financiarización, como las disparidades educativas y la pérdida de los valores educativos tradicionales. Las investigaciones futuras deben profundizar la comprensión del fenómeno y apoyar políticas y prácticas educativas que promuevan la equidad y la calidad de la educación en el país.

**Palabras clave:** financiarización, educación, pandemia, sector privado, educación a distancia.

## 1 INTRODUÇÃO

Em meio à volatilidade das mudanças do cenário econômico mundial, a financeirização vem ganhando terreno como um fenômeno crucial que molda diversas esferas da sociedade, inclusive a educação. Como descreve Lapavistas (2013, p174), a financeirização refere-se ao "processo pelo qual os mercados financeiros, as instituições financeiras e os atores financeiros ganharam maior influência sobre o comportamento econômico e político e sobre o desenvolvimento econômico". Essa tendência de crescente influência financeira tem o potencial de alterar drasticamente as prioridades e operações das instituições educacionais, com uma ênfase cada vez maior na rentabilidade e eficiência.

A observação crítica do cenário educacional brasileiro tem revelado uma preocupante tendência: a financeirização da educação. Tanto Saviani (2008), com sua abordagem histórico-crítica, quanto Gentili (2013), com sua visão voltada para a justiça social, têm apontado para o crescimento da comercialização da educação e a penetração cada vez maior do capital

financeiro nas políticas educativas. Eles enfatizam que tal dinâmica está convertendo a educação, antes vista como um direito social universal, em um mero produto de mercado, intensificando a desigualdade e deslocando a finalidade essencial da educação.

No entanto, foi a pandemia de COVID-19 em 2020 que parece ter acelerado essa tendência de maneira sem precedentes. Paulani (2017) sugere que momentos de crise econômica frequentemente promovem como catalisadores para a financeirização, à medida que investidores buscam novas oportunidades em meio à volatilidade do mercado. Dada a essencialidade da educação durante a pandemia, o setor educacional não foi poupado desta onda de financeirização.

Mas houve realmente uma aceleração do avanço do fenômeno da financeirização da educação no Brasil no período pós-pandemia de 2020? Se de fato houve de que forma isso está impactando o cenário educacional brasileiro?

Desta forma, o presente artigo propõe-se a investigar e debater o avanço da financeirização no período pós-pandêmico no Brasil. Através de uma análise, tanto quantitativa quanto qualitativa. O objetivo se motiva na busca de um entendimento mais claro e elucidativo de como essa transformação tem ocorrido e quais podem ser as consequências para o futuro da educação no país.

É crucial destacar que, ainda que a financeirização pareça apresentar um discurso que sugere vantagens relacionadas à eficiência operacional e captação de investimentos, tais benefícios precisam ser meticulosamente equilibrados com possíveis impactos adversos. Pesquisadores como Saviani e Freire (1996) alertam para os perigos intrínsecos a uma visão mercadológica da educação, que inclui o risco de marginalização de alunos provenientes de classes sociais mais baixas e a usurpação dos valores tradicionais da educação.

Por fim, este artigo está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, "Introdução", estabelecerá o contexto e os objetivos da pesquisa, discutindo brevemente sobre a financeirização dentro da realidade educacional brasileira. O segundo capítulo, "Revisão de Literatura", analisará os trabalhos já publicados sobre o assunto, com foco na compreensão de como a financeirização impacta a educação no período pós-pandemia. O terceiro capítulo, "Metodologia", descreve os métodos quantitativos e qualitativos

utilizados para coletar e analisar os dados. O quarto capítulo, "Resultados e Discussão", apresentará os principais achados do estudo e os discutirá à luz do atual entendimento teórico. Finalmente, o quinto capítulo, "Conclusão", que além de retomar os principais assuntos e resultados apresentados, sugere possíveis direções para pesquisas futuras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A revisão da literatura foi realizada utilizando as plataformas SCIELO, CAPES, BDTD-Biblioteca Digital brasileira de Teses e Dissertações e Google Acadêmico, com os descritores "pandemia", "financeirização" e "educação" no período a partir de 2020. No entanto, constatou-se que embora haja uma grande quantidade de artigos no resultado das buscas, há uma relativa escassez de artigos, dissertações e teses sobre a relação entre a pandemia de 2020 e o avanço na financeirização da educação no Brasil.

Na plataforma SCIELO usando os descritores, "Pandemia", "Financeirização", "Educação" no período a partir de 2020, apareceram 30 resultados, todavia apenas 15 artigos eram mais pertinentes por se tratar de fato de artigos que investigam a financeirização da educação e as consequências da pandemia de 2020.

Em destaque os artigos acadêmicos: A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia de João Márcio Mendes Pereira, pela pertinência de relacionar a questão da financeirização da educação brasileiro em um momento de crise sanitária ocasionado pela pandemia de covid 19 em 2020; Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia de Flávia Marcele Cipriani, Antônio Flávio Barbosa Moreira, Ana Carolina Carius, por relacionar a questão da docência na educação básica no período pandêmico, e apontar as disparidades (na conclusão) do ensino remoto oferecido nas escolas privadas em comparação com ensino público. E por último, o artigo, Os Professores depois da Pandemia de António Nóvoa, Yara Cristina Alvim, ao criticar os discursos que pretendem legitimar a financeirização da educação e analisar o posicionamento do professor nesse processo pós pandemia.

Sobre a análise do discurso que sustenta a defesa da financeirização da educação o artigo, A Escola entre os Embates na Pandemia de autoria de Raquel Goulart Barreto conseguem apontar as contradições, fragilidades e perigos dos discursos pro-financeirização .

Na plataforma Google Acadêmico, usando os mesmos descritores como relatado anteriormente, embora haja inúmeros resultados com esses descritores apenas 10 artigos eram mais pertinentes por relacionarem a questão da financeirização da educação e a pandemia de 2020.

A dissertação de mestrado em Educação de autoria de Raimundo da Silva Lima, Financeirização na Educação Básica: um estudo sobre a Vasta Educação foi pertinente em quase todos os quesitos necessários para o desenvolvimento deste artigo, desde o arcabouço teórico, fornecendo referências de importantes autores e suas ideias sobre financeirização, performance e resultados financeiros durante e pós-pandemia de grandes grupos da educação privada que são atores do fenômeno da financeirização da educação, além de resultados recentes de pesquisas realizadas pelo Inep sobre a educação básica e ensino médio antes e depois da pandemia de 2020.

Outros artigos destacam-se não por relacionar a questão da financeirização da educação e a pandemia, mas por conseguir reforçar com dados estatísticos globais sobre o avanço da financeirização pelo mundo, a exemplo do artigo, Novas tecnologias digitais, financeirização e pandemia Covid-19: transformações na dinâmica global produtiva, no papel do Estado e impactos sobre o CEIS de autoria de José E. Cassiolato, Maria Lucia Falcón, Marina Szapiro.

Todavia na plataforma BDTD – Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações ao se colocar os mesmos descritores no período de 2020 a 2023 para se fazer busca em dissertações, teses e monografias, nenhum resultado aparece, já quando se trata de um ou dois termos os resultados chegam a 24.758. Em uma primeira leitura o pesquisador pode chegar à conclusão de que ainda estão sendo elaborados artigos, dissertações e teses sobre a questão do avanço da financeirização da educação após a pandemia de 2020.

### **3 METODOLOGIA**

O avanço da financeirização da educação no Brasil tem sido uma tendência crescente após 2020 por causa da pandemia? Para encontrar respostas para essa pergunta faz-se necessário recorrer ao referencial teórico que serve de aporte para questões ligadas ao conceito de financeirização, características, histórico, dados estatísticos.

Desta forma, metodologia de pesquisa adotada no presente estudo utilizou-se dos seguintes procedimentos para coletar, analisar e interpretar os dados, bem como as estratégias empregadas para garantir a confiabilidade e validade da pesquisa.

Na abordagem de Pesquisa para atender aos objetivos do estudo, adotou-se uma abordagem mista de pesquisa, combinando elementos quantitativos e qualitativos. Essa abordagem traz uma compreensão abrangente do fenômeno da financeirização da educação no contexto pós-pandemia, considerando tanto os aspectos quantificáveis quanto as perspectivas e experiências dos diferentes atores envolvidos.

Segundo Minayo e Sanches (1993) a pesquisa quantitativa concentra-se na análise de aspectos observáveis da realidade, utilizando dados, indicadores e tendências como base para suas tentativas. Por outro lado, a pesquisa qualitativa explora aspectos mais subjetivos, como valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, buscando compreender a complexidade e a riqueza das experiências humanas.

A revisão da literatura desempenhou um papel fundamental nessa pesquisa sobre o avanço da financeirização da educação no Brasil após a pandemia de 2020. Através da revisão, identificou-se estudos anteriores, teorias e conceitos que fornecem embasamento teórico e contextual para a compreensão desse fenômeno complexo.

De acordo com os apontamentos de Gil (2008), a revisão de literatura é uma etapa indispensável na pesquisa em educação, pois permite que o estudo se enquadre em um contexto histórico, teórico e empírico, identificando contribuições prévias e orientando a análise em direção a novos caminhos. Adicionalmente, conforme discutido por Severino (2017), a revisão da literatura favorece uma compreensão mais profunda dos conceitos fundamentais

relacionados à financeirização da educação, como a mercantilização, privatização e a influência do setor financeiro.

Em consonância com isso, Marconi (2016) ressalta a relevância de empregar plataformas e bancos de dados em busca de estudos pertinentes. O uso de ferramentas como CAPES, SCIELO, BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Google Acadêmico e outros possibilita o acesso a um amplo espectro de fontes acadêmicas, abrangendo artigos científicos, teses e dissertações, que contribuem para a base teórica da pesquisa.

Algumas dificuldades epistemológicas foram enfrentadas no percurso da revisão de literatura, como por exemplo constatou-se que embora haja uma grande quantidade de artigos acadêmicos no resultado das buscas, há uma relativa escassez de artigos, dissertações e teses sobre a relação entre a pandemia de 2020 e o avanço na financeirização da educação no Brasil .que de fato abordam essas questões de financeirização após a pandemia de 2020 nas buscas realizadas. Esse fato aconteceu inúmeras vezes ao usar descritores como “Financeirização”, “Pandemia”, especificando no filtro de pesquisa dessas plataformas no período a partir de 2020.

Essa falta de estudos específicos é contraditória, principalmente no Banco Brasileiro Digital de Teses e Dissertações, visto que como citado anteriormente a dissertação, **FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: um estudo sobre a Vasta Educação de Raimundo da Silva Lima** foi defendida em 2022, portanto deveria haver mais achados de teses e dissertações nos motores de busca dessa plataforma. Porém é compreensível que se encontre poucas teses e dissertações sobre o assunto, uma vez que embora o fenômeno da financeirização na educação não seja recente ainda é um tema em desenvolvimento, quando relacionado com a pandemia de 2020. A interação entre esses elementos é complexa e exige uma investigação mais aprofundada para compreender as explicações e os efeitos da pandemia no avanço da financeirização no campo educacional nesse período.

A limitação de disponibilidade de estudos acadêmicos sobre o tema pós pandemia, foi de certa forma atenuada pela análise documental, considerando documentos de políticas educacionais, dados estatísticos (CES 2021) e outras fontes relevantes. Essa análise permitiu obter informações sobre investimentos

financeiros no setor educacional, privado, matrículas em instituições privadas e outros indicadores relacionados à financeirização da educação na pós-pandemia.

Essa coleta de dados qualitativos e quantitativos também foi realizada por meio de fontes secundárias, como documentos de políticas públicas de órgãos do governo brasileiro, relatórios institucionais de grandes grupos da educação privada disponíveis. Nesses relatórios pode-se coletar informações sobre investimentos financeiros no setor educacional, matrículas em instituições privadas e outros indicadores sobre a financeirização da educação antes e pós-pandemia de 2020. Em síntese esses dados foram coletados e organizados de acordo com os objetivos da pesquisa, permitindo uma análise estatística mais detalhada.

A pesquisa bibliográfica é uma fase fundamental de qualquer processo de pesquisa, pois proporciona um melhor entendimento do tema estudado e auxilia na formulação de hipóteses relevantes. Além disso, através da análise crítica do que já foi publicado, evita-se a repetição desnecessária de estudos e verifica-se lacunas que podem ser preenchidas pela nova pesquisa.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Isso ocorre porque permite que a pesquisa abranja um amplo espectro de fenômenos, tanto do passado quanto do presente.

Além disso, Severino (2007) ressalta que a pesquisa bibliográfica é fundamental para evitar a duplicação de trabalhos e esforços, uma vez que permite ao pesquisador saber o que já foi estudado e publicado sobre um determinado tema.

Por último, Lakatos e Marconi (1991) apontam que a pesquisa bibliográfica é essencial para a formulação de um quadro teórico consistente, pois fornece os fundamentos teóricos que sustentarão a análise do problema de pesquisa. Através do levantamento da literatura, é possível construir uma base sólida para a interpretação dos resultados obtidos.

A interpretação dos dados foi realizada de uma forma que respondesse às perguntas da pesquisa. De acordo com Severino (2007), a interpretação dos



resultados deve levar em consideração o contexto mais amplo da pesquisa, e não apenas os dados imediatos.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS**

A financeirização da educação no Brasil está acontecendo já há várias décadas, essa questão tem que se levada em consideração. Essa constatação que a financeirização da Educação é um processo antigo e predatório em nosso país é registrada por Sampaio (2011) , quando já dizia que “as instituições privadas representam hoje 90% do total de estabelecimentos de ensino superior no País.

De acordo com Adrião (2018), os processos de transferência da educação básica pública para o setor privado se manifestam em, pelo menos, três aspectos. O primeiro está ligado à provisão educacional, que considera o apoio financeiro do governo a entidades privadas, seja através de créditos (parcerias, acordos, termos de parceria) ou da outorga de benefícios fiscais., este aspecto abrange escolas particulares objetivos com fins lucrativos, aulas particulares e estímulo para que os pais façam suas escolhas, seja por meio de cupons educacionais ou educação em casa.

Oliveira (2009) alertava que a conversão da educação, tanto do ensino fundamental quanto superior, em um bem comercializável, é caracterizada pela infiltração de recursos financeiros no setor educacional. Em relação a essa financeirização Carvalho (2013) reforça alertando que a mudança do campo educativo em alvo de interesse do capital significativo é um dos efeitos da globalização, particularmente nos países asiáticos e nas nações de desenvolvimento de raízes anglo-saxônicas, mais notadamente nos Estados Unidos.

A financeirização refere-se à crescente influência do setor financeiro na educação, caracterizada por processos de mercantilização, privatização e busca pelo lucro no campo educacional.

Esse avanço do setor privado na educação superior segundo o Censo de Educação Superior promovido pelo Inep em 2021 é notadamente crescente,

provando que a constatação de Sampaio (2011) continua bem atual, conforme a tabela abaixo.

Resultados gerais do Censo da Educação Superior de 2021



Estatísticas Gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 2021

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
<b>Número de Instituições</b>	<b>2.574</b>	<b>313</b>	<b>119</b>	<b>134</b>	<b>60</b>	<b>2.261</b>
<b>Educação Superior - Graduação</b>						
Curso <sup>1</sup>	43.085	10.856	6.842	3.409	605	32.229
Matrícula	8.986.554	2.078.661	1.371.128	633.785	73.748	6.907.893
Ingresso Total	3.944.897	492.141	320.759	151.226	20.156	3.452.756
Concluinte	1.327.188	219.342	128.771	76.244	14.327	1.107.846
<b>Educação Superior - Sequencial de Formação Específica</b>						
Matrícula	566	245	6	239	0	321
<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO e SEQUENCIAL</b>						
Matrícula Total	8.987.120	2.078.906	1.371.134	634.024	73.748	6.908.214
Função Docente em Exercício <sup>2,3</sup>	358.825	175.970	119.792	50.085	6.093	182.855
Docente em Exercício <sup>2,4</sup>	323.376	171.840	118.546	48.344	6.010	151.868

Fonte: Mec/Inep - MEC/Capes. Tabela elaborada por Inep/Dees

Ao compararmos com os números do Censo de Educação Superior promovido pelo Inep em 2019 (antes da pandemia de Covid 19), percebe-se que tanto o setor público, quanto o setor privado tiveram um aumento de mais de 400 mil matrículas, todavia é bem notória a dificuldade do setor público de aumentar a quantidade de matriculados.

ESTATÍSTICAS GERAIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2019



Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
<b>Número de Instituições</b>	<b>2.608</b>	<b>302</b>	<b>110</b>	<b>132</b>	<b>60</b>	<b>2.306</b>
<b>Educação Superior - Graduação</b>						
Curso <sup>1</sup>	40.427	10.714	6.669	3.442	603	29.713
Matrícula	8.603.824	2.080.146	1.335.254	656.585	88.307	6.523.678
Ingresso Total	3.633.320	559.293	362.558	172.345	24.390	3.074.027
Concluinte	1.250.076	251.374	149.673	87.006	14.695	998.702
<b>Educação Superior - Sequencial de Formação Específica</b>						
Matrícula	702	272	27	245	0	430
<b>Educação Superior - Total</b>						
Matrícula Total	8.604.526	2.080.418	1.335.281	656.830	88.307	6.524.108
Função Docente em Exercício <sup>2,3</sup>	386.073	176.403	120.497	49.437	6.469	209.670
Docente em Exercício <sup>2,4</sup>	339.951	173.197	119.746	48.177	6.368	176.194

Fonte: MEC/Inep/Censo da Educação Superior.

Nota:

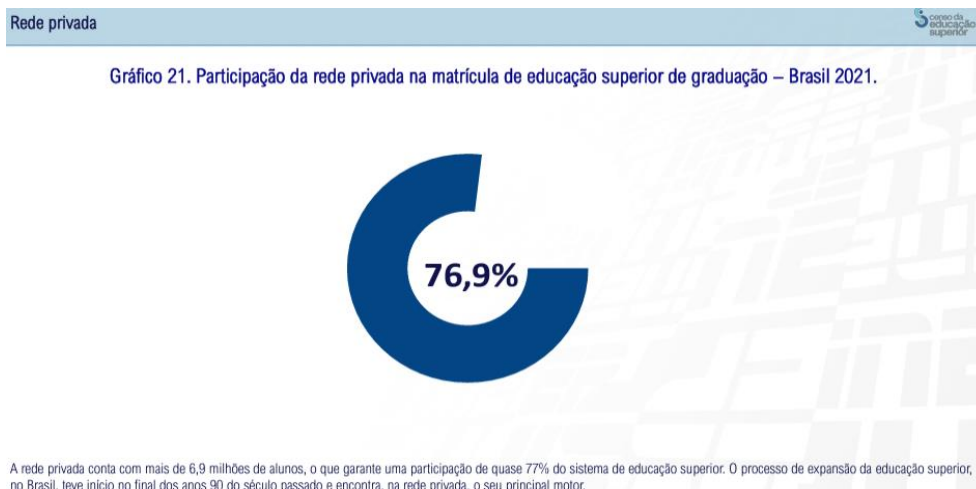
(1) Não incluem dados de cursos da Área Básica de Ingressantes;

(2) Não incluem os docentes que atuam exclusivamente na Pós-Graduação Lato Sensu;

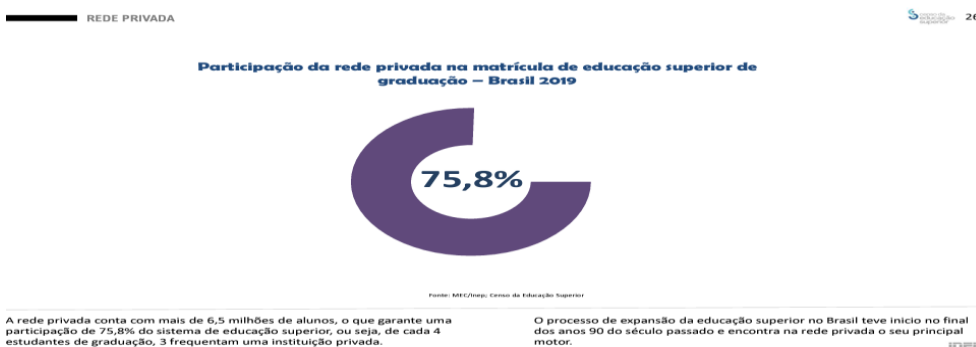
(3) Corresponde ao número de vínculos de docentes e Instituições de Educação Superior;

(4) Quantidade de OFIs distintos dos docentes em exercício em cada Categoria Administrativa, podendo um docente estar em duas ou mais categorias diferentes. O total não é a soma das diferentes categorias.

Um dos principais aspectos públicos desse avanço é a expansão das parcerias-privadas na educação. Empresas privadas têm buscado cada vez mais estabelecer contratos com o poder público para administrar escolas, universidades e outras instituições educacionais. Essa tendência tem levado a uma maior influência de interesses empresariais nas decisões educacionais. Segundo os números do Censo de Educação Superior 2021, as instituições privadas já têm a participação de 77% da educação superior.



Ao se comparar com os dados do CES 2019 parece que o crescimento não foi tão grande assim, contudo ao se levar em consideração que a rede privada de ensino superior detém desde 2019 a maior participação do sistema de educação superior, infere-se duas coisas, o setor de ensino superior público não consegue atender a demanda, não consegue aumentar o número de vagas e o crescimento do setor privado é consistente e está até o momento consolidado.



Além disso, observa-se um aumento na presença de investidores e fundos de investimento no setor educacional. Grandes grupos têm adquirido instituições de ensino, muitas vezes visando o lucro como objetivo principal. Isso pode resultar em pressão para a redução de custos, precarização das condições de trabalho dos professores e aumento dos custos para os estudantes.

Para Frigotto (2021), o Brasil agora é um centro de grandes grupos privados de educação com capital aberto nas bolsas de valores. Leher (2021, 968), alerta que “o controle do capital financeiro da educação no Brasil não encontra paralelo em nenhum país do mundo”

Os grandes grupos educacionais privados que segundo o Inep (CES 2021) tem atualmente mais de 77% de matrículas no ensino superior, avançam com seus investimentos para o ensino básico e médio.

A partir de 2017, do início do governo Temer, ocorreu uma diminuição do Fies, que teve um efeito considerável na educação superior, a alteração da legislação referente à Educação a Distância (EaD), com um aumento na quantidade de horas de ensino remoto, além da ratificação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Execução do Novo Ensino Médio.

Os grandes grupos educacionais viram nessas mudanças grandes oportunidades de aumentar seus lucros, tanto na consultoria para formação de professores da educação básica, quanto na venda de plataformas de ensino a distância que são ofertadas para o ensino médio, ou de prestação de serviço na área de tecnologia de informática., Tudo isso foi propiciado porque as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, prevê que alunos matriculados no ensino médio regular tem a possibilidade de ter até 20% das aulas a distância (BRASIL, 2018).

Pelos dados apresentados nos resultados do Saeb 2021, essa avidez dos grandes grupos privados de educação não trouxe de fato bons resultados até agora para o aumento do Ideb, tanto na rede pública com suas manobras de vender formação para BCNs, quanto na rede privada conforme informações do Inep.

Quadro resumo de desempenho no Ideb – Brasil 2005-2021

Dependência administrativa	Ano								
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
<b>Anos iniciais</b>									
Total	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,8	5,9	5,8
Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	6,0	6,1	5,9
Municipal	3,4	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,6	5,7	5,5
Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5	5,7	5,5
Privada*	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1	7,1	7,0
<b>Anos finais</b>									
Total	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	4,7	4,9	5,1
Estadual	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	4,2	4,5	4,7	5,0
Municipal	3,1	3,4	3,6	3,8	3,8	4,1	4,3	4,5	4,8
Pública	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4	4,6	4,9
Privada*	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9	6,1	6,4	6,4	6,3
<b>Ensino médio</b>									
Total	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8	4,2	4,2
Estadual	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,9	3,9
Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,9	3,9
Privada*	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,8	6,0	5,6

Fonte: MEC/Inep



Porém, o próprio Inep (2021) admite que um dos efeitos já observados nas duas edições mais recentes do Censo Escolar foi o aumento brusco nas taxas de aprovação do sistema público de ensino entre 2020 e 2021, em comparação com o período anterior à pandemia (2019). No ensino fundamental dessa rede, a porcentagem de aprovados subiu de 91,7% em 2019 para 98,4% no primeiro ano da pandemia (2020). Em 2021, essa taxa sofreu para 96,3% (ainda 4,6 pontos percentuais superior ao registrado em 2019). No ensino médio público, a aprovação aumentada de 84,7% em 2019 para 94,4% em 2020, e em 2021, o percentual residual para 89,8%.

Em relação ao avanço da financeirização da educação no Brasil em 2020, os dados apontam que embora os grandes grupos educacionais privados também tenham sofrido reveses financeiros, até retraindo-se no mercado por causa do fechamento de escola e da desistência de aquisição de novos mercados, logo esses grupos conseguiram se adaptar apresentando crescimento em 2021.

Por exemplo, em 2020 e 2021, o grupo educacional Vasta superou obstáculos relacionados à escalada da pandemia, que influenciaram o processo de matrículas nas escolas afiliadas e, conseqüentemente, a distribuição de materiais educativos. Apesar dessas adversidades, a empresa logrou a inclusão de 456 novas instituições de ensino na sua plataforma, cifra que denota um

acréscimo de 11% em comparação com 2020. No mesmo intervalo, a quantidade de estudantes nas escolas parceiras ultrapassou o patamar de 1,5 milhões, traduzindo-se em um crescimento de 14% em relação ao período anterior. Em relação às soluções adicionais, observou-se a adesão de 478 novas escolas, evidenciando uma expansão expressiva de 75%, e um aumento de 64% na quantidade de alunos, corroborando o enorme potencial desse nicho para o conglomerado.

Tabela 3 - Base de estudantes Vasta - modelo de subscrição

	CICLO COMERCIAL 2020				CICLO COMERCIAL 2021				CICLO 2022
	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
ESCOLAS PARCEIRAS (CONTEÚDO PRINCIPAL)	3.400	4.110	4.167	4.167	4.623	4.623	4.508	4.508	5.351
ESCOLAS PARCEIRAS (CONTEÚDO COMPLEMENTAR)	417	665	636	636	1.114	1.114	1.114	1.114	1.301
ALUNOS ESCOLAS PARCEIRAS (CONTEÚDO PRINCIPAL)	1.186.000	1.394.061	1.311.147	1.311.147	1.500.208	1.500.208	1.335.152	1.335.152	1.540.391
ALUNOS ESCOLAS PARCEIRAS (CONTEÚDO COMPLEMENTAR)	134.000	218.055	213.058	213.058	348.560	348.560	307.941	307.941	400.192

Fonte: Raimundo Silva Lima, dissertação: **Financeirização na Educação Básica : um estudo sobre a Vasta Educação, 2022.**

No contexto pós-pandemia, os grandes grupos educacionais privados reinventaram-se, investindo pesado no Ensino a distância através de suas plataformas digitais, garantindo não somente sua sobrevivência no mercado, mas uma fatia significativa maior do número de matrículas de alunos com uma diminuição das despesas, afinal de contas para essas empresas o lucro é o grande foco.

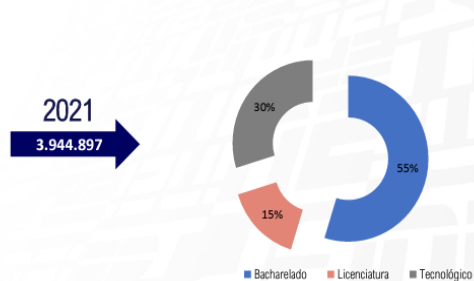
Ingressantes em cursos de graduação

Gráfico 14. Número de ingressantes em cursos de graduação Brasil 2011-2021.



Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Superior

Gráfico 15. Distribuição dos ingressantes, por grau acadêmico do curso – Brasil 2021.



Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Superior  
Nota: Não está computado os valores de ingressantes de áreas básicas de ingresso

O número de ingressos em cursos de graduação a distância tem aumentado substancialmente nos últimos anos. Por outro lado, o número de ingressantes em cursos presenciais vem diminuindo desde 2014, tendo o menor valor registrado em 2021 da série histórica dos últimos 10 anos. A Licenciatura registrou uma queda de -12,8% entre 2020 e 2021.

O crescimento das matrículas nos cursos de Educação a distância nas instituições de ensino privado ultrapassando a quantidade de alunos matriculados nos cursos de educação presencial indicam que a financeirização da educação conseguiu aproveitar a oportunidade de maior flexibilidade do MEC em relação ao Ensino a distância devido a pandemia para lucrar e imprimir uma tendência no país.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A financeirização da educação tem sido objeto de análise por pesquisadores brasileiros, que destacam seu avanço e impacto no cenário educacional do país. Autores como Ferreira, Oliveira, Santos, e outros apontam para a crescente mercantilização da educação, o aumento da influência do setor financeiro nas políticas educacionais e a transformação da educação em um produto comercial, com potenciais efeitos negativos, como a marginalização de estudantes de baixa renda e a captura dos valores tradicionais da educação.

A pandemia de COVID-19 acelerou ainda mais o processo de financeirização da educação, à medida que investidores buscaram novas oportunidades em meio à volatilidade do mercado. Grandes grupos educacionais privados têm adquirido instituições de ensino e estabelecido parcerias com o poder público, resultando em uma maior influência de interesses empresariais nas decisões educacionais.

Os dados do Censo de Educação Superior mostram um crescimento significativo da participação do setor privado na educação, especialmente no ensino superior, com mais de 77% das matrículas. Além disso, observa-se um aumento na presença de investidores e fundos de investimento no setor educacional, o que pode levar à redução de custos, precarização das condições de trabalho dos professores e aumento dos custos para os estudantes.

A adaptação dos grandes grupos educacionais privados ao ensino a distância durante a pandemia demonstra sua capacidade de reinvenção e busca pelo lucro. Investimentos em plataformas digitais e soluções adicionais impulsionaram o crescimento dessas empresas, garantindo uma fatia maior do número de matrículas e diminuindo as despesas.

As políticas públicas educacionais implementadas nos últimos anos principalmente aquelas que flexibilizaram o Ensino a Distância assomada a um quadro crítico de pandemia em 2020, agravada pela incapacidade de ofertas de mais vagas de graduações pelas instituições de ensino público e a voracidade com que as instituições privadas de grandes grupos educacionais avançaram no aumento da oferta de vagas de graduação na modalidade de Educação a Distância para não somente atender uma demanda crescente de mercado, mas também de aumentar os lucros a qualquer custo, podem ter servido de base para o avanço da financeirização da educação no Brasil pós-pandemia.

No entanto, é importante ponderar os possíveis efeitos negativos da financeirização da educação. A busca pela rentabilidade e eficiência pode resultar em disparidades educacionais, marginalização de estudantes de baixa renda e a perda dos valores tradicionais da educação. É necessário um olhar crítico e uma reflexão sobre os impactos dessa transformação no futuro da educação no país.

Dessa forma, é fundamental que pesquisas futuras aprofundem o entendimento sobre a financeirização da educação no Brasil no período pós-pandêmico. Esses estudos devem analisar não apenas os aspectos quantitativos, mas também os efeitos socioeconômicos e educacionais desse fenômeno, a fim de subsidiar políticas e práticas que promovam uma educação de qualidade e equitativa para todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil**: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem fronteiras, jun. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/55319/Downloads/textodimensdef.doccurriculosemfronteira.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 22 nov. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 10 maio. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.868, de 3 de setembro de 2019**. Altera as Leis nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir



disposições relativas às universidades comunitárias. Brasília, DF, 4 set. 2019a. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/lei-no-13-868-de-3-de-setembro-de2019/#:~:text=Foi%20publicada%20no%20Di%C3%A1rio%20Oficial,disposi%C3%A7%C3%A3o%20relativas%20%C3%A0s%20universidades%20comunit%C3%A1rias>. Acesso em: 10 maio. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF, 6 dez. 2019b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec2117-2019-12-06.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2023.

BARRETO, Raquel. G.. **A Escola entre os embates na pandemia.** Educação & Sociedade, 42, e243136. <https://doi.org/10.1590/ES.243136.2021>

CASSIOLATO, José E., Maria Lucia Falcón, marina szapiro, **novas tecnologias digitais, financeirização e pandemia covid-19: transformações na dinâmica global produtiva e no papel do estado e impactos sobre o ceis.** Cadernos do Desenvolvimento. – Vol. 16, n. 28 (2021) Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2021.

CARVALHO, L. M. **Políticas de privatização, descentralização e regulação da educação no Brasil.** In: BALL, S.; MAINARDES, J. (org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2013.

CES. **Censo de Educação Superior 2021.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior.2021>

CIPRIANI FM, MOREIRA AFB, CARIUS AC. **Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia.** Educ Real [Internet]. 2021;46(2):e105199. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236105199>.

FERREIRA, FM. **Financeirização e Mercantilização da Educação no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 21(67), 415-437.2016

FREITAS, AH . **Financeirização da Educação no Brasil: Perspectivas Teóricas e Resultados Empíricos.** Educação & Sociedade, 39(144), 38-54. 2018

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares.** Germinal: marxismo e educação em debate, v. 13, n. 1, p. 636-652, 2021.

GENTILI, Paulo. **Pedagogia da igualdade: em defesa da escola pública, gratuita e laica.** São Paulo: Cortez, 2013.

GIL, Antonio . C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva M., & Marconi, M. D. A. **Metodologia do trabalho científico**.1991

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LAPAVITSAS, Costa.. **Financeirização em Crise**. Materialismo Histórico, 21(2), 177-196.2013

LIMA, Raimundo da Silva. **Financeirização na Educação Básica: um estudo sobre a Vasta Educação**. 2022. 111 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021.

PAULANI, Leda. M. **Não há saída sem a reversão da financeirização**. In: Estudos Avançados, v. 31 (89), p. 29-35, 2017.

MINAYO, Maria C, & Sanches, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, 9(3), 239-262.1993

NÓVOA Antonio, Alvim Yara C. **Os professores depois da pandemia**. Educ Soc [Internet]. 2021;42:e249236. Available from: <https://doi.org/10.1590/ES.249236>.

OLIVEIRA, Dalila. **A. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PEREIRA, João.M.M. **A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia**. Educ Pesqui [Internet]. 2021;47:e242157. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147242157>.

SAMPAIO, Helena.F. **A Financeirização do Ensino Superior no Brasil: Tendências Recentes e Perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, 16(48), 221-242. 2011

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antonio. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017